

HABEAS CORPUS Nº 484.473 - SC (2018/0335963-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : JAISON DA SILVA
ADVOGADO : JAISON DA SILVA - SC025147
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : SANDRA MARIA BERNARDES

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido de liminar, impetrado em favor de SANDRA MARIA BERNARDES, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**, nos autos do **writ** n. 4032799-58.2018.8.24.0000,

Depreende-se dos autos que a paciente foi processada e condenada pelo Conselho de Sentença em 14/09/2018 pela prática do crime previsto no **art. 121, § 2º, incisos I, III e IV e § 4º do Código Penal**, à pena de 21 (vinte e um) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, negado o direito de recorrer em liberdade (fl. 2275-2281).

Irresignada, a Defesa interpôs apelação e, concomitantemente, impetrou o **habeas corpus** n. 4032799-58.2018.8.24.0000 contra a sentença. O eg. Tribunal de origem, em julgamento realizado em 04/12/2018, não conheceu do **writ**, "*ante a inadequação da via eleita e a inexistência de flagrante ilegalidade apta a ensejar a análise da insurgência.*" (fl. 2236). O v. acórdão foi assim ementado (fl. 2289):

"HABEAS CORPUS. CABIMENTO. NULIDADE POSTERIOR A PRONÚNCIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL.

É inadmissível o habeas corpus impetrado com o objetivo de ver declarada nulidade posterior à pronúncia se a sentença condenatória ainda é mutável; para tal finalidade deve ser utilizada a apelação.

WRIT NÃO CONHECIDO."

Daí o presente **writ** no qual a Defesa aduz, em síntese, que a

sessão plenária do Tribunal do Júri realizada no dia 14/09/2018 deve ser anulada, devendo a paciente ser submetida a novo julgamento, em razão das nulidades verificadas.

Afirma que *"durante a sessão de referido julgamento, a Paciente esteve acompanhada (sentado ao seu lado), o tempo todo um Policial Militar. Além disso, na mesma sessão restou exibido pelo Ministério Público um depoimento - vídeo do interrogatório da Paciente em juízo, realizado em 23/07/2015, onde a Paciente permaneceu em silêncio e, por consequência, foi explorado pela Acusação tal aspecto aos jurados. Fato que, inclusive, gerou protestos consignados em ATA pela Defensoria Pública que assistia a Paciente."* (fl. 2).

Requer, ao final, a concessão da ordem para anular a sessão plenária do Tribunal do Júri ou, alternativamente, a suspensão da execução provisória da pena até o julgamento de mérito desse **habeas corpus**, ou a declaração de nulidade do acórdão e a suspensão da execução provisória da pena da paciente, até o julgamento do mérito do **writ**.

O **habeas corpus** teve seu processamento indeferido, inicialmente, por deficiência de instrução (fls. 2217-2219).

A decisão foi posteriormente reconsiderada, e o pedido liminar foi **indeferido** às fls. 2228-2230).

Informações prestadas às fls. 2234-2292.

O Ministério Público Federal às fls. 2297-2305, manifestou-se pela extinção do **writ** sem resolução do mérito, ou pela denegação da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS COR PIS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. MANEJO DO REMÉDIO HEROICO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, I, III E IV, E § 4º, DO CP). ALEGAÇÃO DE NULIDADES PROCESSUAIS (USO DO ARGUMENTO DE AUTORIDADE: PRESENÇA DE POLICIAL MILITAR AO LADO DA RÉ NA SESSÃO PLENÁRIA E EXIBIÇÃO DE VÍDEO COM PARTE DO INTERROGATÓRIO

DA PACIENTE). QUESTÕES DE MÉRITO NÃO DEBATIDAS NO MAS DAM LS ORIGINÁRIO. MATÉRIAS SUBMETIDAS À ANÁLISE DO TRIBUNAL ESTADUAL POR MEIO DE APELAÇÃO AINDA PENDENTE DE JULGAMENTO. INVIABILIDADE DE APRECIÇÃO PELO STJ. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APELO NOBRE JULGADO POSTERIORMENTE. NULIDADES DEVIDAMENTE DEBATIDAS E REFUTADAS. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO (PAS NULLITÉ SANS GRIEF). PARECER PELA EXTINÇÃO DO WRIT SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO OU DENEGAÇÃO DA ORDEM."

O pedido de reconsideração do indeferimento da liminar não foi acolhido (fls. 2393-2395).

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso ordinário.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Como relatado, a Defesa busca, em síntese, por meio do presente **habeas corpus**, a anulação da sessão de julgamento da paciente pelo Conselho de Sentença, em razão de ter permanecido acompanhada de um Policial Militar,

bem como em decorrência da exibição de vídeo com o interrogatório da paciente em Juízo, em que ela permaneceu em silêncio.

Para a adequada delimitação da controvérsia, transcrevo os fundamentos adotados pelo eg. Tribunal **a quo** ao não conhecer do **habeas corpus, verbis** (fl. 2291):

"Não se está, ademais, diante de flagrante ilegalidade. A presença de um Policial Militar ao lado da Paciente por ocasião do julgamento não é hipótese de nulidade nos termos do art. 478 do Código de Processo Penal, e o rol de vícios presente em tal artigo é taxativo (STJ, AgRg no AREsp 1.260.812, Rei. Min. Jorge Mussi, j. 7.6.18)."

Observa-se que o eg. Tribunal entendeu não haver flagrante ilegalidade apta a autorizar a concessão da ordem em razão da presença de um Policial Militar ao lado da paciente durante o julgamento perante o Tribunal do Júri.

Com efeito, da leitura da ata da sessão (fls. 2281-2284), observa-se que não houve qualquer insurgência da Defesa quanto à presença do agente do Estado ao lado da paciente durante a sessão de julgamento, o que indica a ocorrência da preclusão.

Sobre o tema é cediço que *"Esta Corte já se pronunciou no sentido de que eventuais nulidades ocorridas no plenário de julgamento do Tribunal do Júri devem ser arguidas durante a sessão, sob pena de serem fulminadas pela preclusão, nos termos da previsão contida no art. 571, VIII, do Código de Processo Penal."* (HC 433.673/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 25/03/2019).

No mesmo sentido, cito os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. REVISÃO CRIMINAL. DEFICIÊNCIA NA QUESITAÇÃO. NULIDADE NÃO ARGUIDA EM TEMPO OPORTUNO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Com efeito, nos termos da iterativa jurisprudência do STJ, as irregularidades na quesitação dos jurados devem ser suscitadas no momento oportuno e

registradas na ata da sessão de julgamento do Tribunal do Júri, sob pena de preclusão.

2. Na hipótese em foco, a referida nulidade não foi arguida em tempo oportuno, motivo pelo qual o recurso especial do Ministério Público de Sergipe foi provido, a fim de julgar improcedente a revisão criminal.

3. Ademais, não assiste razão ao ora agravante quanto à alegação de que a decisão agravada não teria observado o princípio *tempus regit actum*. Isso porque é antiga a jurisprudência do STJ no sentido de ser preclusa a alegação de nulidade por deficiência na quesitação quando não suscitada em momento adequado. *Precedentes*.

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1789302/SE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 19/03/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE DO JULGAMENTO PELO JÚRI. MATÉRIA PRECLUSA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É "pacífico o entendimento de que eventuais irregularidades ocorridas no julgamento do Tribunal do Júri devem ser impugnadas no momento processual oportuno e registradas na ata da sessão do Conselho de Sentença, sob pena de preclusão" (AgRg no REsp n. 1413229/RO, relator Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**, **SEXTA TURMA**, julgado em 26/6/2018, DJe 2/8/2018).

2. É assente a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que, é imprescindível para o reconhecimento da nulidade, a demonstração de prejuízo, o que não ocorreu in casu. Tal conclusão, destaque-se, é consequência lógica do princípio *pas de nullité sans grief*, depreendido do art. 563 do Código de Processo Penal.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 1376292/GO, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Antônio Saldanha Palheiro**, DJe 01/02/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CIRCUNSTANCIADO. INTIMAÇÃO DAS PARTES NA SESSÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA. INÍCIO DO TRANSCURSO DO PRAZO RECURSAL. DESNECESSIDADE DE ADVERTÊNCIA EXPRESSA. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO NA SESSÃO DE JULGAMENTO E DE REGISTRO NA ATA. PRECLUSÃO. INOBSERVÂNCIA DE REGRA PREVISTA NO CÓDIGO DE

NORMAS DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DO ESTADO. INCOMPETÊNCIA DESTE ÓRGÃO PARA LEGISLAR ACERCA DE DIREITO PROCESSUAL. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Segundo esta Corte Superior, não há dúvida de que "O Código de Processo Penal dispensa a intimação formal das partes quando o advogado do réu estiver presente na sessão de julgamento, tendo tomado conhecimento do teor da sentença após a sua leitura pelo Juiz, não havendo que se falar na necessidade de advertência expressa acerca do início do transcurso do quinquídio legal" (HC n. 66.810/MG, Rel. Ministro Gilson Dipp, 5ª T., DJ 5/2/2007).

2. Ademais, é pacífico o entendimento de que eventuais irregularidades ocorridas no julgamento do Tribunal do Júri devem ser impugnadas no momento processual oportuno e registradas na ata da sessão do Conselho de Sentença, sob pena de preclusão, o que não ocorreu na hipótese em testilha, na qual a defesa só arguiu a suposta nulidade depois de perder o prazo recursal e a condenação transitar em julgado a condenação.

3. Ausente a competência da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná para legislar acerca de direito processual, por ser competência exclusiva da União, o que impossibilita o reconhecimento de suposta nulidade em razão da não observância de regra prevista no Código de Normas do referido órgão.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no RHC 83.520/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe 09/10/2018)

Em outra vertente, à alegada nulidade em razão da exibição de vídeo com o interrogatório da paciente em Juízo, trata-se de matéria que não foi analisada pelo eg. Tribunal de origem, o que demonstra ser inviável a manifestação desta Corte Superior de Justiça sobre a questão, sob pena de incorrer em indevida **supressão de instância**.

Nesse sentido é o entendimento das Turmas que compõem a Terceira Seção desta eg. Corte de Justiça, **in verbis**:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 34, INCISO XX, DO REGIMENTO INTERNO DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO.

ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. PRISÃO TEMPORÁRIA. INDICIADA FORAGIDA. SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. MANDADO DE PRISÃO AINDA NÃO CUMPRIDO. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA MEDIDA CONSTRITIVA. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA E NEGATIVA DE AUTORIA. MATÉRIA NÃO EXAMINADA NO ARESTO IMPETRADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

5. Vedada a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância, das teses que não foram analisadas pelo Tribunal de origem no aresto combatido.

6. Agravo regimental improvido.” (AgRg no HC 432.177/PE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 04/02/2019, grifei)

"HABEAS CORPUS. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MATÉRIA NÃO APRECIADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. CULPABILIDADE E PERSONALIDADE. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO. COMPENSAÇÃO COM A REINCIDÊNCIA. REGIME PRISIONAL FECHADO. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. RÉ REINCENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PRISÃO DOMICILIAR. PLEITO NÃO SUBMETIDO À INSTÂNCIA ORDINÁRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Não debatida a matéria na instância ordinária, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça inaugurar o enfrentamento da tese, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

6. Ordem parcialmente concedida para reduzir as penas a 2 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão e 12 dias-multa.” (HC 400.229/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 08/03/2018, grifei)

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

